

INTERNACIONAL



Esta seção analisa a antecipação das eleições parlamentares na Grã-Bretanha, que acabou se transformando em um tiro no pé dos conservadores. Também trata do recente resultado eleitoral no parlamento francês, na qual o presidente Emmanuel Macron saiu fortalecido. Aborda ainda a divisão no Conselho de Cooperação do Golfo e, por último, as dificuldades em consolidar o acordo de paz na Colômbia.

Antecipação das eleições britânicas

A primeira-ministra britânica, Theresa May, convocou as eleições parlamentares antecipadas para o último dia 8 de junho na expectativa de fortalecer a posição de seu Partido Conservador (Tories). As eleições, em princípio, deveriam ocorrer somente em 2020, e os conservadores governavam sozinhos, com um total de 330 deputados, quatro a mais do que o necessário para ter a maioria de 326.

O argumento oportunista era que o governo necessitava se fortalecer politicamente para enfrentar as negociações da saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido como Brexit, pois, na avaliação da primeira-ministra, estas seriam duríssimas. A primeira reunião ocorreu no dia 19 de junho, e a previsão é que as negociações se estendam por dois anos, com a realização de encontros mensais entre as partes.

No entanto, antecipar as eleições foi um “tiro no pé”, pois os eleitores reduziram o apoio aos Tories, que saíram desta eleição com 318 parlamentares, doze a menos do que tinham. Para continuar governando em posição de maioria, terão de compor com algum outro partido. Com os 24 parlamenta-

res eleitos pelo Partido Liberal Democrata (Whigs), com os quais já tiveram uma experiência de coligação entre 2005 e 2010, atingiriam o número necessário, mas agora seria difícil e incoerente, uma vez que os liberais foram contra deixar a União Europeia e não viriam para o governo para apoiar a negociação da saída.

Restou aos Tories fechar um acordo com o pequeno Partido Unionista Democrático (DUP), da Irlanda do Norte, que elegeu dez parlamentares. Eles têm o número de deputados de que a primeira-ministra precisa, mas têm o inconveniente de serem de um partido de extrema direita protestante que já se envolveu com paramilitarismo na disputa com a população católica da região pela sua permanência no Reino Unido e que custou a vida de cerca de três mil pessoas, a maioria civis católicos.

O acordo de paz entre católicos (IRA) e protestantes (DUP), alcançado na década de 1990, depende de um equilíbrio de poder extremamente delicado na Irlanda do Norte, cuja negociação foi intermediada e avalizada pelo Parlamento inglês. Agora há um temor de que o DUP, ao assegurar a maioria para os conservadores ingleses, adquira uma influência po-

lítica sobre a Irlanda do Norte maior do que sua real representatividade permite, o que pode voltar a gerar conflitos. Além disso, o DUP é extremamente reacionário em relação a temas como aborto e relações homoafetivas de qualquer tipo.

Enquanto os conservadores se debatem com essa situação que eles mesmos criaram, os trabalhistas (Labor) comemoram. Para tristeza dos “Blairistas” e adeptos da Terceira Via do partido, seu novo líder Jeremy Corbyn foi o grande vitorioso desta eleição. Não governará o Reino Unido, mas aumentou a bancada trabalhista de 232 para 261 deputados, 29 a mais, graças a uma campanha pela esquerda em defesa dos direitos sociais, pela gratuidade da educação universitária e pela reestatização de certas instituições que os conservadores vêm privatizando desde que Margaret Thatcher assumiu o governo em 1979.

Mesmo o ataque terrorista, que causou várias mortes poucos dias antes da eleição, não beneficiou os conservadores, como normalmente acontece, pois, o eleitorado entendeu que a ausência da política para prevenir os ataques se devia à política de austeridade do governo e dos cortes no orçamento, conforme denunciado por Corbyn.

As discussões com a União Europeia ficarão em torno de várias questões, mas as principais serão o acerto de contas entre o que o Reino Unido deveria ter pago ao bloco e o valor a receber de volta em forma de subsídios, as condições para um acordo de livre comércio e os critérios para ir e vir entre o continente europeu e a Inglaterra.

O primeiro item sempre foi controverso, ao ponto de Thatcher, quando era premier, sempre ter batido na mesa e reivindicado “my money” (meu dinheiro), mas a visão da Comissão Europeia é que quem deve para a Europa é o Reino Unido, e muito. Um acordo sem ônus para o acesso ao mercado do continente também parece difícil. A Noruega, por exemplo, paga mais de um bilhão de euros por ano para ter este direito, mas trata-se de uma economia pequena. Quanto não custaria para a Inglaterra, uma economia muito maior? E no quesito direito de ir e vir, a situação também será complexa, considerando o número de ingleses que vivem no

continente e os três milhões de europeus que vivem em território inglês. Não dá para simplesmente deportar os imigrantes de cada lado.

Considerando que, do lado da União Europeia, teremos, entre outros, a Alemanha e França com seus dirigentes políticos Angela Merkel e Emmanuel Macron fortalecidos e ao mesmo tempo decepcionados com a postura inglesa, pode-se realmente esperar negociações muito duras, e há chances de que Theresa May renuncie ao cargo e convoque novas eleições no curto prazo.

Resultado das eleições parlamentares na França

A previsão de muitos analistas políticos após a eleição de Emmanuel Macron como presidente da França, era a que ele teria que governar com uma minoria de apoiadores no Parlamento, uma vez que seu suporte político não era um partido tradicional, e sim um agrupamento recém-formado em torno de uma plataforma e de discursos de renovação chamados República em Marcha.

No entanto, ao contrário das previsões, o segundo turno das eleições parlamentares se realizou na França no dia 18 de junho e o República em Marcha elegeu 361 deputados do total de 577, ou seja, 63%, o que deu a Macron uma maioria folgada. Agora, os mesmos analistas chamam a atenção para a falta de experiência de muitos destes parlamentares, que são jovens ou que se elegeram pela primeira vez, o que lhe poderá causar problemas de governança. Na verdade, alguns dos parlamentares advêm de um partido de centro, que se coligou ao República em Marcha desde a eleição presidencial, o Movimento Democrático, presidido por François Bayrou, que não carece de experiência parlamentar.

O que poderá causar problemas a Macron será sua agenda, se for pelo caminho das reformas neoliberais que o Partido Socialista de François Hollande perseguiu durante os cinco anos de seu mandato e que enfrentou forte resistência de sindicatos, estudantes e organizações sociais, proporcionando-lhe resultados medíocres nas duas eleições recentes.

O candidato socialista a presidente, Benoit Hamon, apesar de questionar as políticas de Hollande, re-

cebeu apenas 6,4% dos votos no primeiro turno da eleição presidencial, e o Partido Socialista teve agora sua bancada parlamentar reduzida de 284 para 46 deputados. Os republicanos também foram castigados ao caírem de 199 para 126 deputados. Além destes partidos, a França Insubmissa elegeu 26 deputados, e o Partido Nacional, oito. Há ainda dez deputados eleitos por partidos menores.

No entanto, chama a atenção o alto índice de ausência, de 57%, no segundo turno da eleição parlamentar, contra 23% no segundo turno da eleição presidencial, o que demonstra o crescimento do ceticismo popular com a política.

Divisão no Conselho de Cooperação do Golfo

No dia 5 de junho, o mundo foi surpreendido pela notícia do rompimento de relações diplomáticas da Arábia Saudita com o vizinho Catar. Ela foi acompanhada imediatamente pela mesma iniciativa do Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Egito e Iêmen, todos membros do Conselho de Cooperação do Golfo, bem como das Maldivas e de uma das frações que reivindicam governar a Líbia.

A principal explicação para este rompimento seria a busca da Arábia Saudita pela hegemonia completa na política externa da região, onde o Catar implementa uma política pendular própria que nem sempre vem ao encontro dos interesses de seu poderoso vizinho.

Desde muito o governo do Catar apoia a Irmandade Muçulmana, o que significa apoiar o Hamas na Palestina, oposição radical a Israel, que possui boas relações com o governo egípcio e jordaniano, por sua vez, bem relacionados com os sauditas. Significa também apoiar o principal grupo de oposição no Egito, enquanto a Arábia Saudita sustenta os Salafitas, que é um ramo conservador do islamismo sunita e que hoje apoia o general Al-Sissi, o ditador do Egito. Este liderou o golpe militar que em 2013 derrubou o presidente Mohamed Morsi, eleito pelo Partido Liberdade e Justiça, braço político eleitoral da Irmandade, depois da “Primavera Árabe”.

Os sauditas também disputam a hegemonia com outra potência regional do Oriente Médio que é o Irã. Este, por sua vez, lidera uma Frente Xiita com

influência no Líbano por meio do Hezbollah e das alianças com o presidente Al-Assad da Síria e o primeiro-ministro do Iraque, além de possuir relações com importantes agrupamentos xiitas no Bahrein e Iêmen, combatidos pela Arábia Saudita desde a “Primavera Árabe”. Nesse processo, embora faça parte da coalizão que combate os rebeldes xiitas no Iêmen, o Catar tem se aproximado do Irã, que, aliás, agora é o único que lhe presta solidariedade concreta, uma vez que, além do rompimento diplomático dos vizinhos, o Catar também teve o acesso aos portos e espaços aéreos destes países bloqueado, provocando-lhe sérios problemas de abastecimento, além de necessitar alterar rotas aéreas comerciais.

Por fim, há o “dedo” do presidente Donald Trump no episódio, pois ele reforçou o discurso de que o Catar “apoia grupos terroristas de forma exagerada” e visitou a Arábia Saudita, seu maior cliente na compra de armamentos, apenas duas semanas antes do rompimento diplomático, o que deu tempo suficiente para que esta articulasse a iniciativa e o discurso da justificativa com os demais países e os Estados Unidos.

Tropeços no processo de paz na Colômbia

No sábado, 17 de junho, foi detonada uma bomba no principal shopping center de Bogotá, na Colômbia, que matou três pessoas e feriu várias outras. Os jornais brasileiros de forma pusilânime anunciaram que os principais suspeitos seriam grupos contrários aos acordos de paz entre governo e guerrilhas.

Que a motivação é sabotar os acordos de paz não há dúvida. O que não está claro é se o atentado partiu da direita paramilitar, do narcotráfico ou de algum grupo dissidente do Exército de Libertação Nacional (ELN) que recém inaugurou as conversações com o governo na cidade de Quito, no Equador.

Porém, o processo de paz não enfrenta somente este tipo de obstáculo. Nem tudo que foi acordado pelo governo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), conforme firmado no ano passado, está sendo cumprido. Por exemplo, o regime de *fast track* para aprovar sumariamente medidas legislativas foi barrado pela Suprema Corte do país.

Desta forma, uma medida simples, mas de extrema

importância para o processo, como a instalação da Comissão de Justiça, Paz e Reparações foi barrada, por enquanto. A instalação das “zonas veredais”, onde os guerrilheiros fazem a entrega de suas armas e permanecem enquanto seu futuro está indefinido, tem ocorrido de forma precária, sem as condições de alojamento, saúde e segurança necessárias.

Embora fosse esperado pelas Farc e pudesse haver descumprimentos e problemas para implementar os acordos, verifica-se que o Estado colombiano não é unânime em torno do objetivo alcançado nas negociações, e os setores governamentais que discordam

do processo o boicotam na medida que podem.

Além disso, há a oposição explícita dos setores políticos e sociais que fizeram a campanha pelo “No” no referendo realizado no ano passado. Destacam-se nesse mister os ex-presidentes Uribe e Pastrana, as igrejas pentecostais e setores da Igreja Católica, latifundiários, os grupos paramilitares, entre outros. E um problema importante a considerar é que em 2018 haverá eleições presidenciais e legislativas. A depender do ritmo do cumprimento dos acordos, o resultado eleitoral poderá ter maior ou menor influência na consolidação da paz.